



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PROJETO DE LEI N. 0260 /06

Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

CAPÍTULO I

Do Programa de Parcerias Público-privadas

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), destinado a fomentar a atuação de Agentes do Setor Privado, como coadjuvantes na implementação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Município de Fortaleza e ao bem-estar coletivo, na condição de contratados encarregados da execução de serviços públicos municipais ou atividades de interesse público.

Parágrafo único. O Programa PPP observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - eficiência, competitividade na prestação das atividades objeto do Programa PPP e sustentabilidade econômica de cada empreendimento;

II - respeito aos interesses do Poder Público e aos direitos dos Agentes do Setor Privado contratados e dos usuários;

III - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

IV - transparência nos procedimentos e decisões; e

V - universalização do acesso a bens e serviços essenciais.

Art. 2º O Programa PPP será desenvolvido em toda a Administração Pública Municipal, direta e indireta, por meio de adequado planejamento que definirá as prioridades quanto à sua implantação, expansão, melhoria ou gestão de serviços e atividades a ele vinculados.

§ 1º Farão parte do Programa PPP os projetos que, compatíveis com o Programa, sejam aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Os projetos incluídos no Programa PPP serão revistos anualmente.

§ 3º Todos os projetos, contratos, aditamentos e prorrogações contratuais serão obrigatoriamente submetidos à consulta pública, devendo ser fornecidas a qualquer interessado cópias dos documentos mencionados neste parágrafo.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

§ 4º Fica a Administração Pública Municipal, direta e indireta, obrigada a enviar à Câmara Municipal, prestação de contas, periódica e semestral, de todos os recursos públicos aplicados nos projetos de Parcerias Público-privadas, devendo a apresentação de contas ocorrer ao final de cada período legislativo.

Art. 3º Fica criado o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), vinculado à Secretaria de Administração e Planejamento do Município (SEAD).

§ 1º Ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas compete:

I – indicar, por maioria de votos, os projetos de Parcerias Público-Privadas a serem incluídos no Programa PPP, que serão aprovados nos termos do § 1º do art. 2º desta Lei;

II – alterar, rever, rescindir, prorrogar, aditar ou renovar os contratos de Parcerias Público-Privadas, respeitadas as normas legais em vigor.

§ 2º O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), será presidido pelo Secretário de Administração e Planejamento do Município e composto pelos Secretários de Finanças, de Governo, de Educação, de Saúde, da Infra-Estrutura e Urbanismo, de Cultura, de Esporte e Juventude, de Assistência Social e Cidadania, de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, e de Desenvolvimento Rural e Pesca, todos com direito a voto.

§ 3º Compete à Secretaria de Administração e Planejamento, nos termos de regulamento, executar as atividades operacionais e de coordenação dos projetos de Parcerias Público-Privadas.

§ 4º Caberá à Secretaria de Finanças, nos termos de regulamento, assessorar o CGPPP e divulgar os conceitos e metodologias próprios para os contratos de Parcerias Público-Privadas, bem como dar suporte na formatação de projetos e contratos, especialmente nos aspectos orçamentários, financeiros e de licitação.

§ 5º A execução do Programa PPP deverá ser acompanhada permanentemente pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), avaliando-se a sua eficiência por meio de critérios objetivos.

§ 6º Compete ao Presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), encaminhar anualmente relatório de todas as atividades do Programa PPP à Câmara Municipal de Fortaleza, nunca após o último dia útil do primeiro mês do ano subsequente.

Art. 4º São condições essenciais para inclusão do projeto no Programa PPP:

I – a elaboração de estudo detalhado, baseado em índices e critérios técnicos, que comprove a existência de efetivas vantagens financeiras e operacionais, inclusive



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

a redução de custos, relativamente a outras modalidades de execução direta ou indireta;

II – a demonstração de que será viável adotar indicadores de resultados capazes de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do contratado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados efetivamente atingidos;

III – a demonstração de que esta modalidade de execução garantirá o interesse público e a justa remuneração do Agente do Setor Privado;

IV – a demonstração da forma em que ocorrerá a amortização do capital investido, bem como da necessidade, importância e valor do objeto da contratação.

Art. 5º Não serão elegíveis para a inclusão no Programa PPP:

I – a construção de obra sem atribuição ao contratado do encargo de manter, pelo menos pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a infra-estrutura implantada, ampliada ou melhorada, excluída a responsabilidade do construtor na forma da legislação civil;

II - a prestação de serviço público cuja remuneração não esteja vinculada ao atingimento de metas e resultados;

III - mera terceirização de mão-de-obra;

IV - prestações singelas ou isoladas.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se prestações singelas ou isoladas os serviços e obras que, pela sua própria natureza, importância e custo não caracterizem relevante interesse público.

CAPÍTULO II

Das Parcerias Público-Privadas

Art. 6º Parcerias Público-Privadas são ajustes firmados entre o Poder Público e Agentes do Setor Privado, mediante a celebração de contratos, na forma de qualquer uma das modalidades previstas na legislação em vigor, que estabeleçam vínculo jurídico para a execução pelo Agente do Setor Privado, no todo ou em parte, das atividades abaixo discriminadas, que serão remuneradas pelas utilidades e serviços que este disponibilizar, segundo a sua atuação, e por meio dos quais o Agente do Setor Privado assume o compromisso de colaborar com o Poder Público na condição de contratado encarregado de:

I – prestação de serviço público;



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

II – desempenho de atividade de competência do Poder Público, de atribuição delegável, precedido ou não da execução de obra pública;

III – realização de atividades de interesse público, inclusive execução de obra, implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública;

IV – exploração de bem público.

Parágrafo único. Quando a Parceria Público-Privada envolver a totalidade das competências de entidade ou órgão público, a celebração do contrato de Parceria Público-Privada será condicionada à prévia autorização legal para a extinção ou suspensão do funcionamento da respectiva entidade ou órgão público.

Art. 7º À Administração Pública compete declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam adequados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato de parceria público privada e a implementação de projeto associado, bem como promover diretamente a sua desapropriação e conseqüente indenização.

Parágrafo único. Na dependência dos interesses mútuos, poderá o parceiro privado assumir o ônus e encargos decorrentes da liquidação e pagamento das indenizações cabíveis.

CAPÍTULO III

Dos Contratos de Parceria Público-Privada

Art. 8º O contrato de Parceria Público-Privada, ajustado mediante a prévia realização de procedimento licitatório, poderá assumir qualquer uma das modalidades de contrato permitida na legislação, as quais poderão ser utilizadas conjunta ou individualmente em um mesmo projeto.

Art. 9º Os contratos de Parceria Público-Privada poderão ser celebrados por quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, após prévia indicação do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), e aprovação nos termos do § 1º do art. 2º desta Lei, observadas as respectivas competências, inclusive quanto à titularidade dos bens ou serviços objeto da contratação.

Art. 10. A contratação de Parceria Público-Privada determina para os agentes do setor privado:

I – a obrigatoriedade de obter os recursos financeiros necessários à execução do objeto da contratação;



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

II – a assunção de obrigações de resultados definidos pelo Poder Público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previstos no contrato;

III – a submissão ao controle público permanente dos resultados;

IV – o dever de submeter-se à fiscalização do Poder Público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;

V – a sujeição aos riscos inerentes ao negócio; e

VI – a incumbência de promover as desapropriações autorizadas pelo Poder Público, quando previstas no contrato e no ato expropriatório.

§ 1º O contrato de Parceria Público-Privada indicará, de modo expresso, os riscos excluídos da responsabilidade do Agente do Setor Privado.

§ 2º A responsabilidade pela obtenção de licenciamento ambiental, salvo previsão contratual em contrário, será do Poder Público.

Art. 11. A contratação de Parceria Público-Privada, observará o seguinte:

I – o contrato estipulará as metas e os resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma, bem como os critérios e objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

II – o prazo do contrato, limitado a até 6 (seis) anos, será estabelecido de modo a permitir a amortização dos investimentos, quando for o caso, e a remuneração pelas utilidades e serviços disponibilizados;

III – serão compartilhados com o Poder Público, nos termos definidos no contrato, os ganhos econômicos decorrentes da modernização, expansão ou racionalização das atividades desenvolvidas pelo contratado, bem como da repactuação das condições de financiamento.

Art. 12. A remuneração do Agente do Setor Privado ocorrerá mediante a utilização, isolada ou cumulativamente, na compensação dos tributos municipais abaixo descritos, acrescidos de 20% (vinte por cento) do valor total da obra ou serviço para efeitos da compensação:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); e

c) Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI);



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

10

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 13. Aplicam-se às Parcerias Público-Privadas previstas nesta Lei, as normas gerais federais, inclusive sobre Concessão e Permissão de Serviços e de Obras Públicas, Licitações e Contratos Administrativos e de Parceria Público-Privada.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,
EM 28 DE JUNHO DE 2006.


FÁTIMA LEITE
Vereadora de Fortaleza

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o Projeto por ser uma iniciativa de muita relevância sob o aspecto social, haja vista que o projeto em tela permite a parceria entre o governo municipal e as empresas privadas para a execução de serviços públicos, manutenção de equipamentos sociais e a construção dos mesmos, favorecendo o melhoramento dos serviços públicos, tendo como ápice a antecipação dos impostos das Empresas Privadas e a remissão de até 20% do valor dos impostos devidos pelas mesmas.

Acreditamos ser esta uma medida de grande cunho social e por isso peço aos meus pares a devida aprovação da matéria.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,
EM 28 DE JUNHO DE 2006.


FÁTIMA LEITE
Vereadora de Fortaleza